

## UNILAB E OS DESAFIOS FUTUROS



### **Entrevista com Basilele Malomalo<sup>1</sup> Por Samuel Santos<sup>2</sup>**

*“A missão da UNILAB é reconciliar o Brasil com a sua gente negra, indígena, pobre, quilombola, sertaneja, mulher, LGBT”.*

#### **Lugar de fala**

As respostas dadas nessa entrevista têm a ver com a minha realidade de intelectual africano, renascido na diáspora africana contemporânea brasileira, que ingressou na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), trabalhou na Pro-reitoria de Relações Institucionais e Pro-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantes e, além de conviver com os assuntos postos, os investiga. Para um aprofundamento o/a leitor poderá acessar algumas de minhas publicações.

#### **SS. Como o senhor analisa a proposta de uma universidade para integração dos países membros da CPLP?**

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, Docente no curso de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil; líder do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de conhecimento, Sociedade civil, Desenvolvimento e Cidadania Global; pesquisador do Centro dos Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN-Unesp), da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano/Brasil, do Harriet Tubman Institute for Research on the Global Migrations of African Peoples (York University, Toronto), Member of United Nations - Harmony with Nature e integrante e fundador do Instituto da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB). Contato: [basilele@unilab.edu.br](mailto:basilele@unilab.edu.br).

<sup>2</sup> Estudante do Bacharelado em Humanidades

BM. A proposta de uma universidade de integração é simplesmente genial e certa em todos aspectos. E a integração deve ser compreendida aqui para além de sua dimensão redutora, que a concebe simplesmente como integração entre Estados. Nessa perspectiva do paradigma dominante, ciências econômicas, ciência política e Relações Internacionais, os Estados são vistos como agentes que devem agir para garantir a segurança nacional e internacional, para permitir a reprodução do capital. Existe aqui uma aliança sagrada tácita entre as elites dominantes do Estado e do Mercado.

O paradigma alternativo, a partir do qual nos situamos, reconhece a importância das trocas diplomáticas e econômicas, sendo o Estado um dos agentes mobilizadores. Porém, considera igualmente importante a presença da sociedade civil. Ou seja, além da integração política-estatal e econômica existe uma integração de povos, de gente, que deve ser valorizada.

Dentro dessa concepção, que dialoga com a filosofia multicultural/intercultural progressista, podemos tirar duas consequências. Primeiro, a primeira integração que a UNILAB busca, ou deve buscar, é uma integração interna, isto é, uma aproximação entre as raças: as populações que formam a Nação-Brasil. A missão da UNILAB é reconciliar o Brasil com a sua gente negra, indígena, pobre, quilombola, sertaneja, mulher, LGBT. E isso vem acontecendo em parte. Bastaria ver nossos currículos e salas de aula, especialmente no meu Instituto. Aqui considero reconciliar como um passo de reconhecimento de males causados historicamente a esses grupos sociais, com vista no encontro intercultural crítico e emancipatório, onde se realiza a descoberta do Outro.

A segunda aproximação do Brasil se realiza com a população africana do continente. Numa concepção política pan-africana, que compartilho, as populações africanas do continente e das diásporas participam do mesmo *devir histórico*. Embora os Estados, ao definirem as nacionalidades, trançam as identidades de pessoas negras localizadas em territórios diferentes, o nosso paradigma da interpretação da história africana nos permite afirmar que o Brasil, ao colocar os PALOP como parceiros centrais, aproximou-se do seu outro pedaço, que foi quebrado no século XIX com a emergência da hegemonia britânica no controle do Atlântico.

A verdade é que a política de integração do Brasil, feita a partir e mediante a UNILAB, têm implicações internas e externas com as populações africanas, entende-se com isso africanos/as do continente e da diáspora brasileira, quiçá mundial. A diáspora negra brasileira concentra a maior população negra do mundo depois da Nigéria. Nela temos os/as afrodescendentes que vêm da diáspora africana, da história do tráfico atlântico; além dos/as africanos/as que formam a diáspora africana contemporânea no Brasil, logo a partir dos anos cinquenta e sessenta. Estudantes africanos/as da UNILAB fazem parte desse devir histórico da diáspora africana contemporânea.

**SS. Uma das questões, muitas vezes não compreendida na UNILAB, é sobre ser uma universidade internacional e estar submetida à legislação brasileira. Como a senhor analisa a Instituição, e como ela pode se diferenciar das demais universidades do Brasil?**

BM. A UNILAB está sujeita à legislação brasileira, na minha leitura, por determinantes políticos atrelados ao *realpolitik* brasileiro. Explico-me: tendo em conta o peso do racismo estrutural em fabricar “cabeças-mal-feitas”, ou o Governo petista aprovava às pressas, como ocorreu, a lei da fundação da UNILAB do jeito que a conhecemos hoje (Lei nº 12.289/2010), ou nunca mais não se aprovava nada, no país, em benefício dos povos negros do Brasil e do continente africano. O problema não é somente que o Brasil estava numa situação econômica confortável no segundo mandato de Lula, período em

que se promulga a lei da criação da UNILAB, até um certo ponto, repito um certo ponto, o clima político estava favorável para fazer votar o projeto-lei da sua criação no Congresso Nacional. O que estou querendo dizer é que as incertezas políticas fizeram com que os dirigentes do PT, atendendo às demandas do Movimento Negro, corresse às pressas para conseguir o que se precisava: uma universidade com vocação internacional voltada para a África e suas diásporas. Dessa forma é que se abandonou a ideia de se criar a Universidade da CPLP. O outro problema que surge (conforme uma ala legalista) é que a legislação brasileira não autorizava a criação de uma universidade com um fundo interestatal. Há sim, de fato, esse impedimento legal; mas também sabemos que dentro do jogo da diplomacia interna e externa, o Governo do PT poderia sugerir o caminho do fundo interestatal dentro da CPLP, como foi feito com os recursos da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior. Sou adepto de uma UNILAB gerenciada pelo fundo interestatal, pois nos coloca na dinâmica da co-responsabilidade.

A história revela que acabou vingando a ideia de criação da UNILAB, a partir da legislação brasileira. Essa proposta era a mais simples a se concretizar, levando-se em conta as imprevisibilidades da arena política não só brasileira. O problema que essa resposta nos traz é o perigo permanente que essa universidade corre na mão dos extremistas, nacionalistas e racistas. O fato dos dirigentes do Itamaraty, do MEC e da UNILAB nunca terem cuidado ou terem pouco cuidado dos elementos básicos que quaisquer políticas públicas em implementação necessita, tem trazido mais desgastes para os/as estudantes internacionais: falta de política preventiva de educação para a população brasileira e externa para explicar o significado da UNILAB, o que é o racismo e como se deve combatê-lo, políticas de segurança, políticas de urbanização e saneamento com a entrada de mais pessoas nas cidades que acolhem os/as estudantes. Tudo isso deveria ser feito antes, durante e depois da implementação.

A minha avaliação da UNILAB é que ela é impar no mundo. É um patrimônio não somente brasileiro, mas da humanidade. Dentro de suas limitações, conseguiu proporcionar a criação de uma comunidade internacional, dentro das zonas serranas do Ceará e da Bahia, no Nordeste. Em termos concretos, o Instituto da Humanidade e Letras, e talvez em segundo lugar o Instituto de Desenvolvimento Rural, tem conseguido realizar, razoavelmente, o projeto original da UNILAB, que se encontra nas suas Diretrizes. A UNILAB é um belo projeto que não conseguiu encontrar gestores dignos para levá-la a cabo. Alguns problemas que encontramos hoje têm a ver com a conjuntura política internacional, nacional, regional e, em muito, com a irresponsabilidade de muitos de nossos colegas que estiveram na gestão e brigam pela conquista do poder pelo poder, visando sempre interesses particulares e nunca coletivos.

## **SS. Como o senhor analisa esse projeto de integração pelo conhecimento?**

BM. Esse é o elemento central da missão da UNILAB, como uma universidade internacional. Nossas atividades realizadas no ensino, pesquisa e extensão dariam uma resposta objetiva sobre essa pergunta. A nossa sorte é que a lei de criação, as diretrizes e o novo estatuto não se afastaram do projeto original. Todavia, os currículos de todos os cursos não conseguiram se construir em torno das ideias mestras que fazem a UNILAB ser a UNILAB. Alguns institutos detonaram os princípios de interdisciplinaridade e voltaram aos modelos tradicionais. Em alguns lugares, ainda se encontram a multidisciplinaridade e não a interdisciplinaridade. Tudo indica que a ala disciplinar vem conseguindo impor a sua hegemonia na disputa do desenho da universidade, do ponto de vista de currículos. E falar disso é falar da política de produção e reprodução de conhecimentos, valores, estéticas, visões do mundo, no âmbito da universidade.

A exceção do IHL, os conhecimentos produzidos pelos africanos/as e seus descendentes são mal aproveitados, ou nunca estão sendo aproveitados, por exemplo, nos cursos que lidam com a engenharia, física, química, saúde, matemática.

Com isso, estou querendo afirmar o seguinte: ao valorizar os princípios da interdisciplinaridade, da interculturalidade e da cooperação, na sua dimensão estruturante, a UNILAB faz um convite aos membros da sua comunidade acadêmica: perceber que a Universidade é somente um dos lugares de produção de conhecimentos e saberes. Esse processo, para ter êxito, deve levar em conta a integração dos agentes internos e externos. Em outras palavras, na sua movimentação interna e externa de produção de conhecimento, os agentes da educação-pesquisa da UNILAB, especialmente os/as docentes, devem levar em conta os princípios de Freire ou da filosofia de Ubuntu: educação é um ato coletivo. Nesse processo, o/a docente aprende com o discente e com o técnico administrativo. Exteriormente, esses aprendem com os moradores/as da cidade, os/as camponeses, agricultores rurais, artistas, ativistas de movimentos negros, quilombolas, indígenas, mulheres, migrantes e LGBT. Essa é a integração das pessoas da qual eu falava acima. O conhecimento só serve quando nos torna uma pessoa digna para conosco mesmo e para com o/a Outro. Do ponto de vista da filosofia de bisoidade/Ubuntu, isso significa uma relação qualificada com a Comunidade-Natureza-Universo, Comunidade-de-Bantu-Seres-Humanos e a Comunidade-Sagrado-Ancestral. Eu ficaria encantado de ver meus colegas de Institutos que lidam com a natureza e a saúde produzirem seus conhecimentos, aulas, papers nessa perspectiva africana.

Nós, membros da comunidade acadêmica da UNILAB, temos tido problemas conosco mesmos e com o Outro; e isso tem envesado a qualidade de conhecimentos integradores, no sentido emancipatório. O racismo civilizacional, acadêmico, e o jogo do “poder pelo poder” são alguns dos motivos que têm levado uma parcela de docentes a se comportar dessa forma. Vou dar alguns exemplos: o Instituto de Ciências Exatas e Natureza (ICEN), o Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (IEDS) e o Instituto de Ciências de Saúde (ICS) são espaços do conservadorismo acadêmico. A maioria de seus/suas docentes é a favor do fim do projeto da UNILAB como universidade de integração internacional. Foi nesses microuniversos de poder que se detonou a proposta de interdisciplinaridade, que deveria caracterizar a universidade na sua totalidade, seus cursos e instância de gestão. O resultado é que se voltou, a partir desses espaços, aos modelos tradicionais e disciplinares de produção de conhecimento. Não estou aqui querendo questionar a competência dos/as colegas cientistas tradicionalistas. O que quero afirmar é que escolheram o lugar errado para ficar, ou seja, há um desperdício de investimento, pois a UNILAB foi concebida para produzir saberes inovadores, numa perspectiva interdisciplinar e intercultural.

O que acabo de descrever só revela a alerta de Cheikh Anta Diop, Ki-Zerbo, Milton Santos, Kabengele Munanga, Ptronilha Gonçalves e Silva, Oyewumi Oyeronke: a falta da descolonização das universidades herdadas da colonização, continua fazendo-as espaços de reprodução de racismo, machismo e colonialidade, encobertos de discurso científico. No caso da UNILAB, a ausência da sua africanização a coloca nessa situação reacionária.

Essa realidade se reflete em outras instancias, onde se pode avaliar uma universidade, um instituto ou um curso: currículo, sala de aula, interação com a comunidade. Desse ponto de vista, a minha avaliação é que, com exceção do IHL, outros Institutos e cursos da UNILAB carregam currículos eurocêntricos; neles, a produção de intelectuais, cientistas africanos/as e afrodescendentes é ausente. A regra de ouro na UNILAB deveria ser contrária ao que vemos hoje: os/as alunos/as africanos/as têm se queixado de

discriminação e racismo dentro da sala de aula, cometidos por alguns docentes e alunos/as brasileiros/as.

Embora a UNILAB comporte esses problemas, acabou de formar suas primeiras turmas. Docentes, discentes e TAEs que lutam contra o racismo e defendem a interdisciplinaridade e o projeto original da UNILAB agem, geralmente, de forma diferentes e são pessoas diferentes de docentes racistas e conservadores. Os/as primeiros/as são Unilabianos/as internacionalistas e interculturalistas: são profissionais que pelo simples fato de estar na UNILAB e ter estudado ou trabalhado nela, mudaram suas percepções do mundo. Pensam o mundo a partir de si e do Outro.

**SS. Uma questão muitas vezes citada pelos estudantes negros não brasileiros é o fato de terem percebido sua negritude no Brasil. Alguns afirmam que a maior dificuldade que enfrentam no Brasil é o racismo. Como a senhor ve essa questão? Há diferença entre os racismo sofrido pelos estudantes não brasileiros e os brasileiros? Como se dá essa relação?**

BM. A percepção da negritude no Brasil, de parte de estudantes africanos/as, é um assunto que deve ser abordado com bastante cautela pela sua complexidade, pois estamos lidando com a problemática da identidade africana. Ali Mazrui, entre os anos sessenta e oitenta, fazia observar que os povos africanos, até o período que antecede as duas primeiras guerras mundiais, definiam suas identidades ainda com base em suas linhagens e etnias. Com o colonialismo iniciado no século XIX, e de forma particular no período pós-guerra, começaram a se auto-identificar como africanos/as. A tese dele é que o colonialismo é o pai da identidade africana: criou as condições da sua materialização. Coube, então, ao Pan-africanismo e à Negritude o papel de oferecer a seiva da identidade africana. Onde quero chegar com isso? Gerações de africanos/as que não tiveram a sorte de construir a sua identidade dentro de um conteúdo do Pan-africanismo ou da Negritude, visto aqui como movimentos políticos e culturais, ou ficaram presas nas suas identidades étnico-linhageiras, ou ficaram reféns do colonialismo europeu. Aqui a branquitude, a identidade branca em suas duas manifestações -racista e antirracista- continua a servir de referência. Na identidade étnico-linhageira é a etnia e a linhagem que alimentam as percepções do mundo das pessoas. Quanto à identidade pan-africana, ela tende a ser supra-linhagem, supra-etnia e supra-nação. É uma identidade negra, cultural e global. É anti-opressão, anti-colonial e antirracista.

Se descobrir como africano/a na diáspora brasileira, na minha avaliação, significa que as novas gerações africanas herdeiras das conquistas de liberdades de gerações anteriores, que enfrentaram o racismo, o machismo e colonialismo nas diásporas e no continente africano, começaram a receber novas informações e a enfrentar novos problemas que elas não tinham ainda se colocado. Tudo isso mexe com as velhas identidades e exige novas respostas, portanto a construção de novas identidades. Um dos problemas colocados é o do racismo, com suas várias ramificações. Peguemos o exemplo da generalização, que é uma das ferramentas usadas pelos/as racistas ou sujeitos ignorantes: jovens africanos/as, portadoras de identidades nacionais diferentes, passam logo a ser chamados, genericamente, de africanos/as. O que sabemos é que no imaginário brasileiro ser africano é algo negativo. Além disso, apaga as particularidades. Há outras manifestações de racismo, como por exemplo na sala de aula: docentes que resistem a outorgar a nota que um/a aluno/a mereceu na prova; temos relatos de docentes que acham que os/as africanos não são capazes de estudar matemática,

engenharia; ou ainda colegas brasileiros/as que não querem fazer um trabalho junto com seus colegas africanos/as, pressupondo que são menos inteligentes.

O racismo continua sendo o grande inimigo de todos/as negros/as, em qualquer lugar do mundo, como bem revelou Achille Mbembe. Gina Thésée fala de um racismo civilizacional, sistêmico, acadêmico, interpessoal. Com Kabengele e outros estudiosos, como Carlos Moore, aprendemos que o racismo à brasileira é pigmentocrático. Ou seja, a cor continua sendo o distribuidor de bônus e ônus. A branquitude racista estabeleceu essa norma: quanto mais fenotipicamente se parece com pessoas pretas do continente africano, menos direitos a elas se concede. Ultimamente, venho me dedicando a estudar o racismo que afeta os corpos de imigrantes africanos/as no Brasil. As descobertas dos estudos das relações raciais no Brasil continuam válidas: africanos/as continuam sendo discriminados/as por serem negros/as, por virem de um continente transformado pela branquitude racista em inferno, território de todos os males. A isso se acrescenta uma diferença: negros/as africanos/as tornam-se sujeitos mais vulneráveis pelo fato de, além de serem discriminados por serem negros/as, passam a ser vítimas dessa situação por serem vistos/as como estrangeiros/as. O quadro tende a pior se acrescentarmos a identidade de gênero: mulheres africanas, como vimos no último Seminário Internacional de Migrações e Diásporas Africanas que organizamos, sofrem múltiplas discriminações por serem mulheres, negras, africanas e estrangeiras. Quando esses/as jovens africanos/as começam a acessar novas informações (conhecer a história do seu continente, do seu país, de seus antepassados/as que foram escravizados/as no Brasil, resistiram e construíram esse país), tendem a se apropriar positivamente dessas narrativas para a construção de uma identidade africana diaspórica. Concordando com Du Bois, digo que essa identidade não se caracteriza só pela dupla consciência, mas múltipla consciência, cuja marca principal é a busca de compreensão do seu “eu” e “o mundo do Outro”. Esse Outro passa a ser, no caso da UNILAB, outro/a negro/a africanos/a ou afrodescendente, outro/a não-branco/a, a natureza, a minha ancestralidade, a humanidade negada. Nesse aspecto, sem perceber, a nossa universidade está formando uma nova geração de lideranças africanas, afrodescendentes e brasileiros/as não-brancos/as antirracista e anti-machistas.

## **SS. Quais são os maiores desafios da UNILAB?**

BM. Dentro da minha avaliação, os desafios enfrentados pela UNILAB, que ao serem enunciados comportam os germes de suas soluções, podem se traduzir nessas linhas: o maior desafio é encontrar dirigentes e servidores/as comprometidos/as com o projeto original. Tivemos alguns avanços nas primeiras três gestões, comandadas por dois reitores e uma reitora *pro-tempore* indicados pelo PT. Cada gestor que trabalhou, no período de 2010 até o golpe de 2017, teve suas qualidades, porém o que mais atrapalhou foi a “politicagem”: fazer a política para se manter no poder ou almejando outros interesses; usar o poder para servir a alguns grupos de interesses. Os interesses particulares ou corporativos têm atrapalhado a concretização do projeto da UNILAB. O que temos observado é que se assegurou a aprovação do estatuto para se manter no poder. Nossa universidade virou uma fábrica de reitores *pro-tempore*. O que está posto é que os governos, os partidos políticos em cumplicidade com seus reitores indicados e seus grupos de interesse, usaram e usam a UNILAB como arena de manutenção do seu poder. É preciso o abandono do jogo perigoso do “poder pelo poder”. Para se cumprir com a missão da universidade, especialmente quando se lida com povos que têm outras noções do poder, este deve estar ao serviço do bem comum. A comunidade está acima de nossas individualidades. Isso só se efetuará com as eleições que devem permitir, à

comunidade interna, escolher seus/suas dirigentes detentores/as de plano de gestão comunitária, pautada na filosofia do Ubuntu, por exemplo. O reitorado atual atua na mesma lógica, apesar da promessa de que vai realizar as eleições.

O dinheiro investido, desde início, foi mal aproveitado para cumprir com o projeto de construção de prédios da UNILAB. Impera nas Diretrizes a ideia de que arquitetura da universidade deveria se inspirar nas culturas africana e indígena. Mas o que tivemos são os prédios de sempre: concretos que representam a filosofia desenvolvimentista. Os problemas que temos nesses aspectos são graves: as residências estudantis estão em atraso, as construções são feitas com poucos cuidados com o meio ambiente, faltam árvores, por exemplo.

Deixou-se de se cuidar dos concursos públicos na seleção de profissionais, docentes e TAEs. Dessa forma, a UNILAB colocou dentro de si seus/suas inimigos/as, pessoas que trabalham para destruí-la. Essa destruição manifesta-se pelo desejo de algumas pessoas em vê-la anexada à UFC; ou ainda nos discursos racistas que desejam a não permanência de estudantes estrangeiros/as. Como os processos seletivos já foram feitos, cabe à Reitoria, conjuntamente com os colegiados de Instituto, sindicatos de docentes e TAEs, pensar em cursos de qualificação para os/as concursados/as, numa perspectiva intercultural e da cooperação solidária.

Descuidou-se, desde a implementação da UNILAB, da política preventiva em torno dos direitos do meio ambiente, da cidade, da segurança e da diversidade. Os Governos e as Reitorias *pro-tempore* deixaram de planejar a implementação de uma universidade nos interiores do Ceará e da Bahia, concomitantemente, com o planejamento urbano de cidades que receberiam seus membros. De 2011 até 2018, as cidades de Redenção e Acarape passaram a receber mais de quatro mil pessoas. A criação de uma cidade internacional, com esse número de pessoas, exige ações conjuntas de dirigentes da UNILAB com os chefes de executivos dos governos federais, estaduais e municipais: investimentos na política de mobilidade, na segurança, na infraestrutura, no lazer e especialmente nas políticas de diversidade étnico-racial e de gênero. Sem isso, os estudantes brasileiros/as e estrangeiros/as continuarão a vivenciar situações de negação de seus direitos de cidadania e o racismo, na universidade e fora dela.

Há pouca valorização dos poucos/as professores/as negros/as africanos/as nas instâncias de gestão e nos processos seletivos. É preciso que a política de cotas, na sua dimensão internacional, seja cumprida. Caso contrário, construiremos uma universidade internacional com cabeças-pensantes nacionais. A mesma política de cotas deve ser praticada nos processos seletivos de estudantes estrangeiros/as. Talvez a crise econômica e política atual sinalize que o Estado brasileiro deve criar um fundo conjunto com a CPLP e, para ser ainda mais radical, com a UA, para assegurar uma gestão multilateral. Assim, poderemos superar os desafios de auxílios e bolsas estudantis. Ao dizer isso, reconheço que o governo brasileiro deve abandonar a sua política neoliberal atual, inimiga declarada da cooperação internacional solidária entre as nações do Sul.

O último desafio é o da gestão entre a Sede do Ceará e o campus dos Malês, na Bahia. Os problemas que nós enfrentamos são vários: precariedade da infraestrutura, uma péssima comunicação entre setores do Ceará com os da Bahia, falta de investimento dentro de um potencial enorme que o recôncavo comporta e ainda falta de diálogo com os países africanos. Em suma, há a inexistência de uma cultura de se trabalhar num ambiente internacional, intercultural e inter-regional. Uma universidade como a UNILAB exige a prática de uma outra gestão pública. Não se trata de pautar a sua ação nos cortes. É preciso responsabilidade e compromisso com essas novas realidades que só a UNILAB tem: o internacional *no interior*. Estou falando de gestão de gente pautada

na gramática de direitos humanos e de povos. Tal gestão tem a dignidade humana como centro.

Sei que em muitos aspectos a UNILAB avançou, mas quis destacar alguns desafios que ela tem pela frente para uma auto-avaliação que almeja a sua consolidação e sucesso.

### **Referências**

MALOMALO, B. Mobilização política dos/as imigrantes africanos/as pela conquista de seus direitos no Ceará. *Capoeira - Revista de Humanidades e Letras*, v.3, p.58 - 87, 2017.

\_\_\_\_\_. Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009): volume 1. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

\_\_\_\_\_. Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009): volume 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

MALOMALO, B.; MARTINS, E.; FREIRE, J. *África, migrações e suas diásporas: Reflexões sobre a crise internacional, cooperação e resistências desde o Sul*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

\_\_\_\_\_. Mobilização política dos imigrantes africanos no Atlântico Sul pela conquista de direitos em São Paulo: o caso da morte da Zulmira em 2012. *Revista Crítica Histórica*, v.13, p.1 - 29, 2016.

MALOMALO, B.; FONSECA, D.; BADI, K. *Diáspora africana e migração na era da globalização: experiência de refúgio, estudo, trabalho*. Curitiba: CRV, 2015.

MALOMALO, B. A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva. In: FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito (Orgs.). *Democracia, equidade e cidadania*. Curitiba: CRV, 2015. p. 70-91.

\_\_\_\_\_. *Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento*. Curitiba : CRV, 2014.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. *Interfaces Brasil/Canadá*. v.16, p.256 - 293, 2016.